



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

Brasil

M. B. de Souza, Carolina
GERAÇÕES E ENVELHECIMENTO: um campo de pesquisa em construção
Caderno CRH, vol. 19, núm. 46, enero-abril, 2006, pp. 143-147
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632168012>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

GERAÇÕES E ENVELHECIMENTO: um campo de pesquisa em construção

PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. (Série: família, geração & cultura)

Carolina M. B. de Souza

Ao longo das duas últimas décadas, no Brasil, temas relativos ao envelhecimento passaram a ser tratados em investigações das Ciências Sociais.¹ A constituição de um campo de pesquisa que contempla relações geracionais e velhice está associada ao crescimento da população idosa em âmbito mundial. O deslanchar dessa área de estudo, por sua vez, é propiciado pelo impacto decorrente do aumento populacional, observado mais visivelmente em diferentes espaços públicos e domínios da vida privada, tanto no funcionamento dos sistemas de aposentadoria quanto na família.

Os textos reunidos em *Família e envelhecimento*, cuja organização esteve a cargo de Clarice Ehlers Peixoto (2004), abordam as interfaces entre formas materiais e simbólicas no envelhecimento – a exemplo das clivagens de posição social e de gênero, instâncias da sociedade que também caracterizam outras etapas do ciclo de vida. O livro compõe a série *Família, Geração & Cultura*, editada pela Fundação Getúlio Vargas em 2004, cujo escopo visou à divulgação de estudos socioantropológicos pautados no debate sobre o surgimento de novos modelos familiares no Brasil.

O artigo de Barros, intitulado “Velhice na contemporaneidade”, relaciona representações da velhice e modernidade. Desenvolve argumentos

assentados na idéia de velhice como momento específico da existência humana, que expressa uma construção social forjada pela sociedade moderna no decorrer dos séculos XIX e XX, quando saberes e instituições (pedagogia, psiquiatria, geriatria, escola, hospital, asilo entre outros) produziram entendimentos e demarcaram disciplina, gerência e controle sobre as classificações etárias (infância, adolescência, maturidade, velhice e terceira idade) e sobre as diferenças de gênero. No bojo do referido processo histórico, o indivíduo passou a ser considerado como valor social, uma vez que a sociedade moderna também produziu o que se pode designar por ideologia individualista. Conceber o indivíduo ancorado na percepção de si mesmo como ser singular é tornar pertinentes as idéias de trajetória de vida, ciclo de vida, projeto de vida e percepção de uma memória individual. Para a autora, no envelhecimento, percebe-se a tendência de se exacerbarem princípios básicos da ideologia individualista, através do processo da responsabilização do velho por cuidados com sua saúde física e psíquica, o que envolve atividades de lazer, cuidados corporais, busca de sociabilidade e de soluções individuais para seu conforto financeiro, como previdências privadas. Ressalta que o termo terceira idade preconiza a necessidade de o indivíduo vivêr essa fase do ciclo de vida de forma dinâmica e traduz a reprivatização da velhice (Debert, 1999). Barros recapitula concisamente concepções sobre velhice formuladas por autores nacionais e estrangeiros. Cita Featherstone (1998) para quem, através dos olhos da juventude, é possível perceber a velhice como um declínio e, sobretudo, como impossível de ser positivamente valorizada, na medida em que o velho já ultrapassou o ponto máximo do ciclo de vida em relação à capacidade física e psíquica e à perda gradativa da capacidade de controle do corpo e da mente. Refere-se também a Peixoto (2000), cujas análises se subsidiam em Goffman (1978), por sua compreensão de que a velhice como um estigma e como exclusão social se dá paralelamente ao advento da aposentadoria para a população trabalhadora, associando-a, então, à idéia de pobreza. Por isso, entende que o

¹ Barros (1998); Britto da Motta (1999); Debert (1999); Peixoto (2000).

termo terceira idade se opõe à concepção de velhice, considerada como decadência.

A recorrência ao saber antropológico pode ser identificada em formulações e ensejos da investigação de Barros, que realizou doutoramento em Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A autora demarca que a heterogeneidade de valores, comportamentos e estilos de vida, caracterizadores da velhice, desperta a curiosidade da Antropologia, motivada em relacionar particularidades das experiências socioculturais com a universalidade da vida social. Ainda em seu entender, a contemporaneidade de temas suscitados pelo envelhecer – por exemplo, as relações geracionais – perpassa a compreensão da diversidade cultural, incluindo as variadas formas de interpretar os ciclos de vida e os usos intelectuais e políticos sobre esse conhecimento, no sentido de indicar respeito às diferenças. Refere-se às constatações obtidas no estudo que desenvolveu em camadas médias do Rio de Janeiro nos anos 1977 e 1978, enfocando mudança e permanência de valores na família brasileira. Ao abordar mulheres católicas de idades que variavam entre 60 e 80 anos – algumas avós criticavam as filhas por não cumprirem adequadamente os papéis tradicionais de esposa e mãe, e outras apoiavam firmemente os seus projetos profissionais (Barros, 1998).

Expressando o caráter múltiplo dos estudos sobre gerações e envelhecimento, as análises feitas por Simões, no texto “Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública”, abordam a legitimidade das políticas da velhice, sobretudo no tocante ao direito social à aposentadoria, e enfocam os pontos de vista dos próprios aposentados que aderiram aos movimentos de defesa de seus interesses durante os dois últimos decênios. O pesquisador aborda o movimento dos aposentados e pensionistas tratando-o como novo movimento social – conceito inicialmente referido à acepção de Habermas (1984) de que os conflitos sociais deixam de se situar em áreas de reprodução material, não mais sendo canalizados através de partidos e organizações for-

mais, nem mesmo recebendo fomento do sistema de bem estar social. Os novos movimentos sociais surgiram, então, em áreas de reprodução cultural, integração e socialização, manifestando-se sob formas de protestos infra-institucionais e extraparlamentares e a favor de estilos de vida ameaçados ou de práticas renovadas. No entendimento de Simões (1998), o novo movimento de aposentados e pensionistas tanto sugere demandas materiais em torno de benefícios da Previdência como questiona a condição dos mais velhos na sociedade, indicando que as duas formas de conflito não se excluem, mas podem fundir-se num mesmo movimento social. Ainda para o autor, os aposentados, participantes do movimento, contribuem no sentido de representar os velhos não como uma categoria aparentemente marginal e circunscrita ao domínio das relações privadas, mas como uma espécie de corporação com interesses específicos, demandas próprias e formas de atuação no espaço público. Orienta-se pela consideração de que o movimento de aposentados sinaliza para a politização não só da previdência social, mas também da velhice na sociedade brasileira.

Simões apresenta falas de participantes do movimento dos aposentados que destacam a sua posição de provedor da família. Constatando, então, o retorno ao trabalho de homens e mulheres após a aposentadoria, tendo em vista a redução financeira. A explicação de tal fenômeno social é também encontrada nos argumentos relativizadores que Camarano e Ghouri (1999) remetem ao conceito de dependência demográfica, ressaltando que uma parcela populacional relevante do ponto de vista cronológico, designada como inativa economicamente, trabalha, seja aposentada ou não, e que essa renda contribui para o orçamento familiar de forma importante. No caso do envelhecimento da população brasileira, é mais apropriado falar em interdependência entre gerações do que em dependência de idosos. O referido grupo populacional desfruta de melhores condições financeiras que os jovens, devido às freqüentes crises econômicas pelas quais a economia brasileira tem passado e que têm repercutido mais sobre a população adul-

ta jovem, sob a forma de desemprego, violência, gravidez precoce, descasamentos etc. Conseqüentemente, o tempo dos filhos adultos considerados como dependentes dos seus pais tem aumentado (Camarano, 2001). Sob essa perspectiva, Simões destaca que qualquer política que tenha como objetivo desmantelar programas sociais para os mais velhos incidirá negativamente sobre a proteção social que indiretamente recai sobre as novas gerações.

A ênfase concedida aos efeitos das políticas da velhice nas condições de vida dos aposentados é tratada na pesquisa conduzida por Peixoto no Rio de Janeiro, cujos resultados são sintetizados no artigo “Aposentadoria: retorno ao mercado de trabalho e solidariedade familiar”. Seu objetivo é identificar motivos que influenciam na decisão dos indivíduos de mais idade de ambos os sexos, ainda que aposentados, de retornarem ao trabalho, mencionado alguns como: diminuição dos valores das aposentadorias; exercício da solidariedade familiar; necessidade de preencher o vazio da inatividade e ausência da sociabilidade no trabalho. Ao realizar 68 entrevistas semidiretas com aposentados por idade ou por tempo de serviço que trabalham ou procuram trabalho e cuja pensão da aposentadoria corresponde a, no máximo, sete salários mínimos, a pesquisadora identificou situações sociais contrastantes de trabalho, tal como a informalidade e a formalidade. Esses contextos decorrem dos fatores socioeconômicos e culturais (sexo, nível de escolaridade, trajetória profissional, condições de saúde e valor da aposentadoria) que determinam a situação de cada indivíduo de mais idade e do baixo custo social representado pela força de trabalho em questão – algumas empresas tiram vantagem dos benefícios dos aposentados (pensão-aposentadoria, transporte gratuito e assistência médica), difundindo a ideologia da terceira idade sedimentada no dinamismo e na autonomia.

O retorno ao trabalho após a aposentadoria é fomentado sobretudo pela crise do sistema previdenciário, uma vez que a Previdência acaba não atendendo ao seu objetivo de conseguir disponibilizar aos trabalhadores, no momento da

aposentadoria, rendimento próximo àquele do seu período de atividade. Daí a referida investigação social constatar que a maioria dos informantes procura manter o mesmo nível de vida que tinha antes da aposentadoria, preservando o circuito da solidariedade entre gerações. Verifica que parcela representativa das pessoas entrevistadas ajuda os filhos adultos, tanto financeiramente quanto através de prestação de pequenos serviços. Identifica também a existência de pais que são ajudados por filhos, ao tempo em que acolhem em casa outro filho adulto que passa por dificuldade financeira.

No texto “Sexo e Envelhecimento”, a abordagem elaborada por Attias-Donfut examina os processos diferenciais no envelhecimento dos homens e das mulheres na França. A pesquisadora, integrante da *Caisse Nationale d'Assurance Vieillesse* (Caixa Nacional de Assistência à Velhice), conclui que, na fase etária em questão, os referidos processos se aprofundam, tendo em vista que, embora as mulheres vivam mais tempo do que os homens, elas envelhecem em piores condições – os dados sobre a distribuição de renda das pessoas francesas de mais de 60 anos indicam que os domicílios de uma só pessoa, habitados quase sempre por mulher, são os mais pobres. Esse contexto em que se processa o envelhecimento feminino na França é qualificado pela autora como paradoxal. As relações sociais de geração e as de gênero exercem primazia nas análises de Attias-Donfut, sendo tratadas de maneira indissociável. Compreende que as transformações nas relações de sexo só se exercem em todas as suas consequências sociais na escala da sucessão das gerações, enfocando a contribuição de avó e avô nos encargos da reprodução social (cuidados e educação dos netos), o que possibilita a continuidade das mulheres, filhas ou noras, no trabalho. Constatada, ainda, que as mulheres idosas dependentes, outrora provedoras de ajuda, passam a ser ajudadas por outras mulheres.

Ao assinalar a polissemia suscitada pelas acepções do conceito de geração nas ciências sociais, que pode ser formulado com base na idade – remetendo à definição demográfica de coortes de nascimento –, na participação no mundo do tra-

lho e na posição genealógica, Attias-Donfut (1996) sugere o uso do conceito na inter-relação dessas acepções e nas implicações sócio-histórica e temporal por elas fornecidas. Não apenas a proposta de co-relacionar as variadas dimensões do conceito de geração conduz a autora a revisar definições socioantropológicas de solidariedade social, mas também a crise atual das aposentadorias na França, que, por sua vez, legitima valores de solidariedade, orientando a idéia de divisão das responsabilidades entre público e privado, Estado e empresa, designada *Welfare Mix* ou *Welfare pluralism*. Reporta-se a Durkheim (2000), para quem solidariedade social está co-relacionada à idéia de coesão familiar, ao tratar a família como uma microssociedade em que se observam suas formas de constituição, integração e interações pela divisão do trabalho segundo a idade e o sexo. Mauss (1988), também mencionado, considera-a em termos das trocas de dons em que dar, receber e retrair estavam indissociavelmente imbricadas num funcionamento da dívida que circula entre gerações, estabelecendo-se um circuito amplo e aberto de trocas. Attias-Donfut (1996) reflete criticamente sobre os problemas da solidariedade pública e da eqüidade entre gerações, considerando que sugerem debate de questões como a do emprego e da exclusão, atrelando-se à repartição, ao longo da existência, dos diferentes tempos sociais – tempo de formação, tempo de trabalho e tempo livre.

No Brasil, a diversidade das trajetórias de envelhecimento numa perspectiva intrageracional é tratada por Britto da Motta no texto “Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional”. Trata-se de investigação sociológica desenvolvida em Salvador (Bahia), entre 1994 e 1997, que enfoca quatro grupos de idosos pertencentes às diferentes classes sociais e gênero – Associação de Moradores de bairros populares (Plataforma e Castelo Branco); Faculdade para a Terceira Idade (Instituto Olga Mettig) e grupo informal, composto por homens idosos que se reúnem na praça de Castelo Branco. (Britto da Motta, 1999). Norteada pelo intuito de refletir sobre a premência e o sentido da sociabilidade na vida dos idosos jovens (60 a 80

anos) que estabelecem relações sociais no âmbito extra-familiar, a pesquisadora contemplou formulações teóricas sobre o tema, baseando-se nos escritos de Simmel (1983). Empregado tal como esse autor lhe atribui sentido, o conceito de sociabilidade diz respeito aos processos em que o estar com o outro, através de propósitos ou impulsos, fomenta e desenvolve conteúdos materiais e individuais que ganham vida própria. Como forma lúdica de associação, denota desinteresse de fins e centralidade na dimensão cultural dos indivíduos (Simmel *apud* Velho, 1986). Simmel também pondera sobre a pureza formal e as estruturas igualitária e democrática da sociabilidade, observando, contudo, a dificuldade de mantê-las quando vivenciadas por indivíduos de classes sociais diferentes. Na análise sobre a sociabilidade dos referidos idosos, Britto da Motta conclui que as pessoas não se aproximam ou se agrupam apenas de acordo com a situação de classe, mas motivadas sobretudo pelos interesses e experiências em determinadas idades ou momentos geracionais e segundo socialização e trajetória de gênero. Verifica entre os informantes, a maioria mulheres, que a adesão aos programas destinados à terceira idade revela prazer em desfrutar da aposentadoria e compartilhar o ideário feminista de emancipação, autonomia e igualdade de direitos entre os sexos.

Considerando o alongamento do percurso atual de vida, Britto da Motta trata os idosos como população que constitui mais de um segmento geracional, abordando os maiores de 80 anos, noventões e centenários. A pesquisa intitulada “Os velhos mais velhos”, empreendida no espaço soteropolitano entre os anos de 1999 a 2002, constata que a sociabilidade dos muito idosos, grande parte residentes na casa dos filhos, se circunscreve à família, quer seja por limitações da saúde, quer seja por injunções econômicas. Esses pesquisados mantiveram a sociabilidade fomentada por “laços tradicionais como os religiosos, os comunitários de bairro ou cidades do interior e as antigas amizades conservadas da ‘mocidade’, de vizinhos e colegas” (p. 129), uma vez que não alcançaram a conquista dos programas para a tercei-

ra idade e o movimento dos aposentados. A pesquisadora explica a heterogeneidade dos modos de vida de diferentes gerações de idosos, reportando-se à não-contemporaneidade de contemporâneos, definição elaborada por Mannheim (1982), que destaca a necessidade de tentar compreender o conceito de geração como um fenômeno de localização social, devido à interação entre seres humanos, à estrutura social definida e à continuidade peculiar no processo histórico-cultural que envolve novos participantes nas sociedades e resulta na sucessão geracional.

Enfim, o livro *Família e envelhecimento* oferece uma contribuição valiosa às Ciências Sociais, sistematizando resultados de estudos qualitativos sobre variadas nuances socioculturais do envelhecimento – a aposentadoria como tempo de lazer, de trabalho, de reivindicação política e de transmissão simbólica e material. Ao certo, as relações geracionais suscitam questões a serem abordadas em futuras investigações sociais – conflitos, equidade de direitos entre gerações e outras.

(Recebido para publicação em janeiro de 2006)
(Aceito em março de 2006)

REFERÊNCIAS

- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 85-108.
- _____. Solidarité et entraides entre générations. In: SINGLY, François de et al. *La famille en question*: état de la recherche. Paris: SYROS, 1996. p. 167- 178.
- BARROS, Myriam Lins de. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 109-142.
- _____. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: _____ (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 113-168.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. *Não está morto quem peleia: a pedagogia inesperada dos grupos de idosos*. 1999. 283 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- _____. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 109-144.
- CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: problema para quem? *Bahia Análise & Dados*, Salvador, n. 10, p. 36-47, 2001.
- _____. EL GAHOURI, Solange. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 282-304.
- DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo; FAPESP, 1999. 266p.
- DURKHEIM, Emile. Divisão do trabalho e suicídio. In: RODRIGUES, José Albertino. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 2000. p. 73-123.
- FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. In: DEBERT, Guita Grin (Org.). *Textos didáticos: antropologia e velhice*. São Paulo: IFCH / UNICAMP, 1998. p.29-64.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 158p.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397p.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.
- MAUSS, Marcel. *Ensaios sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988. 209p.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume, 2000. 206 p.
- _____. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: _____. (Org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 57-84.
- SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 165-181.
- SIMÕES, Júlio Assis. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, Myriam Lins de (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 13-46.
- _____. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 25-56.
- VELHO, Gilberto. *Sociedade e subjetividade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 112p.

CAROLINA M. B. DE SOUZA é Socióloga, doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA e professora substituta do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS. carolinamarback@yahoo.com.br